



Processos de patrimonialização na atualidade. Um estudo de caso: “Igrejinha” Martin Luther.

Sandra Cristina Donner*

Resumo: Este artigo pretende analisar a importância do patrimônio histórico na sociedade atual, e o crescimento no número de bens arrolados como patrimônio histórico. Além disso, discutiremos a importância das relações entre patrimônio e memória no ocidente. Em sua segunda parte, busca mostrar o processo de inscrição da “Igrejinha” Martin Luther como Prédio de Interesse Sócio-Cultural, no município de Porto Alegre, e quais caminhos foram utilizados, além de um breve histórico do prédio e de seus usos. Em seguida, discutiremos como este movimento para “salvar” a Igrejinha faz parte das políticas de patrimonialização correntes.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Igreja Luterana.

Abstract: This paper analyzes the importance of heritage in today's society, and growth in the number of property listed as historic landmarks. In addition, we discuss the importance of the relationship between heritage and memory in the West. In its second part, seeks to show the process of registration of the "small church" as Martin Luther Building socio-cultural, the city of Porto Alegre along with a brief history of the building and its uses. Next, we discuss how this movement to "save" the little church is part of the heritage policies currents.

Keywords: Memory. Heritage. Lutheran Church.

O objetivo deste breve artigo é tecer considerações sobre o processo de Patrimonialização atual a partir de um estudo de caso: a *transformação* da capela da Igreja Martin Luther, em Porto Alegre, edificação listada como “Prédio de Interesse Sócio-Cultural” da cidade de Porto Alegre. Pretendemos também, analisar como essa capela passou de um espaço sem uso, “esquecido” pela paróquia, para um espaço de memória. Quais discursos foram ativados neste processo?

Utilizaremos como fonte de análise os autos do processo encaminhado na EPAHC (Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural) e a documentação produzida pela paróquia durante a reivindicação de tombamento. Para compreendermos o crescimento no número de

* Doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação UFRGS, Mestre em História da Igreja (IEPG). E-mail: scdonner@yahoo.com.br



edificações elencadas como patrimônio histórico, bem como sua importância na sociedade, utilizaremos alguns autores que trabalham o tema entre eles: Pierre Nora, Françoise Hartog e Françoise Choay, entre outros.

A capela em questão foi construída entre os anos 1933 e 1936 e localiza-se na Avenida Dom Pedro II, em Porto Alegre. O arquiteto Siegfried Berthold Costa elaborou o projeto logo após o seu retorno da Alemanha, onde sofreu a influência da arquitetura modernista, especialmente do grupo Art and Crafts Movement, seguindo a principal tendência na Europa dos anos 30. Por estar em um lugar alto, tornou-se referência para o bairro. Seu sino ecoava a longas distâncias chamando para os serviços religiosos.

Com o tempo, e o crescimento no número de membros, a Igrejinha ficou pequena, e foi construído um novo templo na Av. Coronel Camisão, uma rua abaixo. A agora “antiga” Igrejinha, foi aos poucos perdendo sua função. A construção do novo prédio do Colégio Pastor Dohms também ofuscou a antiga capela, cada vez menor frente aos edifícios e a modernização da avenida.

Com início das obras para a construção da III Perimetral, em Porto Alegre, a velha Igrejinha foi ameaçada. O alargamento da via iria destruir o prédio. Então, vendo seu *patrimônio*, sua *memória*, prestes a ser desapropriada pela municipalidade, a diretoria da Paróquia, os membros do Conselho do Colégio Pastor Dohms e os paroquianos iniciam tratativas para preservar este espaço. Agora a Igrejinha *tornou-se um patrimônio*, e deveria ser preservada, com todos os argumentos possíveis.

Patrimônio Histórico- definições e histórico do conceito.

A noção de Patrimônio Histórico como objeto de preservação é recente, fruto do século XX. Ao longo deste, sua área de atuação alargou-se. Passaram de edificações, monumentos, prédios, para o chamado patrimônio imaterial, festas, práticas, modos de criar e viver. Segundo Choay:

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras primas de belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos (CHOAY, 2008, p. 11).

O conceito de patrimônio histórico passou a ser corrente no século XX, mas, antes disso, usava-se o critério de Monumento para selecionar edificações que mereciam cuidados e admiração. A palavra monumento vem de um termo em latim derivado de recordar. Por isso,

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



em um primeiro sentido, Monumento são os artefatos edificados por uma comunidade de indivíduos que pretende manter na memória acontecimentos, sacrifícios, rituais. Ele é uma forma de mediação com o passado que por ele é invocado, convocado (CHOAY, 2008, p. 17).

Choay (2008, p. 26) indica a dicionarização do termo na segunda metade do século XIX, e sua consagração quando, em 1830, Guizot foi nomeado Ministro do Interior e criou o posto de Inspetor dos Monumentos Históricos. Mas, antes disso, a idéia de preservação está presente nos intelectuais da Revolução Francesa, ao se perceberem “fazendo história”.

O desenvolvimento da Revolução Industrial trouxe uma percepção de futuro irremediável e inevitável. Assim, a consagração da idéia de monumento histórico está ligada à chegada da era industrial. Essas edificações adquirem dois sentidos: servir e ilustrar o sentimento nacional. Convocados pelo movimento romântico, esses prédios passaram a representar um passado bucólico, a encenação de uma era perdida.

A primeira Comissão dos Monumentos Históricos, na França, em 1837, indicou três grandes categorias de monumentos históricos: os vestígios da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. A categoria de “Monumento Histórico” ganhava visibilidade, mas, ao longo do século XX, monumento histórico e patrimônio histórico deixaram de ser sinônimos. O termo “Patrimônio” sofreu uma ampliação em suas fronteiras. Agora ele poderia ser utilizado para indicar todo o tecido urbano de uma cidade (CHOAY, 2008, p. 12 e 141).

O patrimônio histórico agora era parte da história nacional, e, portanto, cada vez mais os governos e a administração pública encarregavam-se tanto da escolha quanto da preservação. Segundo Chuva, a noção de tempo posta pela modernidade colocava a necessidade de preservação do “nosso” patrimônio para as gerações futuras, por isso:

O ‘patrimônio nacional’ pode, portanto, ser considerado uma grande coleção de ‘semióforos monumentais’ [suportes materiais de idéias com valor de troca adquirido], ainda que algumas distinções devam ser feitas entre os *objetos móveis*, constituintes de coleções de museus, que foram extraídos fisicamente de seu uso diário para serem expostos, e os *objetos arquitetônicos imóveis*, constituintes da maior parte da coleção formadora do patrimônio histórico e artístico nacional, que permanecem fisicamente em seus lugares de origem, mantendo, inclusive, em muitos casos, o seu valor de uso (CHUVA, 2009, p. 65).

Esse novo espaço dado ao monumento/patrimônio histórico foi forjado pelo advento da História como disciplina e também pelos urbanistas. Tanto Chuva quando Choay destacam que o olhar do urbanista levou a pensar a cidade antiga como patrimônio histórico, e a cidade



industrial, por antítese (CHUVA, 2009, p. 196, 197; CHOAY, 2008, p. 192; PRATS, 1997, p. 24).

A nova percepção foi ganhando espaço nos diversos países. A primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em Atenas, no ano de 1931, contava apenas com países europeus. Em Veneza, na segunda Conferência, além destes a Tunísia, o México e o Peru, integravam o grupo. Já em 1979, na terceira Conferência, oitenta países dos cinco continentes assinaram a Convenção do Patrimônio Histórico. Ao lado da inclusão de signatários, o próprio conceito de patrimônio passou a incluir o “imaterial”, buscando, segundo Hartog, a idéia de um patrimônio comum da humanidade:

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes e pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas além disso nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras. (HARTOG, 2006, p. 269).

Patrimonialização e Memória.

A reivindicação sobre a importância de manutenção dos bens para as próximas gerações é um dos fatores da patrimonialização, mas não o único. A partir dos anos 60, com o desenvolvimento da sociedade de lazer, cada vez o mais turismo cultural de massas ganha destaque. Um exemplo disso está na criação, pelo governo francês, do Ministério de Negócios Culturais.

Nesta nova configuração, os bens do patrimônio histórico adquirem um duplo estatuto: tornaram-se obras que facultam o saber e o prazer. Esse processo pode levar à reconstrução de bairros e centros de cidades com elementos que não estavam lá e que “pretendem” ser históricos para atraírem turistas (CHOAY, 2008, p. 204).

Este é o grande risco do processo de patrimonialização, segundo Choay. Ela coloca que a reutilização do patrimônio é um processo complexo, deve levar em conta os usos originais, a comunidade a que pertence e, especialmente pensando em seu estado material, o fluxo dos utilizadores, pois isso pode levar a degradação do bem. Muitas vezes o patrimônio é dotado de luz e som buscando sua valorização estética, esse processo pode dificultar o diálogo livre do visitante com o monumento e o seu entorno. Essa ‘maquiagem’ da edificação acaba por transformar o bem em um artigo utilitário descolado de seu sentido original:

Levada aos seus limites, a animação torna-se no reverso exato da encenação do monumento que ela transforma em teatro ou em cena. O edifício entra em concorrência com um espetáculo ou um ‘acontecimento’ que lhe é imposto, na sua autonomia. Exposições, concertos, óperas, representações dramáticas, desfiles de moda são associados a um patrimônio que os valoriza e que eles



podem, por seu lado, no final dessa estranha relação antagônica, potencializar ainda, depreciar ou reduzir a nada (CHOAY, 2008, p. 232).

Na leitura de textos, analisando o patrimônio, é possível encontrar divergências entre os autores. Choay possui uma visão pessimista sobre seu uso atual, alertando que a sociedade o tem percebido como um “espelho narcísico” gerando padronização e, por seu caráter fetichista, ocultando as fraturas sociais e fornecendo uma falsa ilusão de serenidade e harmonia. A autora indica que sua reprodução indiscriminada e sem controle pode esvaziar seu conteúdo histórico.

O antropólogo Llorenç Pratz não adota uma postura ingênua sobre a relação entre patrimônio e turismo, mas coloca que, não é possível ativar um patrimônio sem que este tenha sentido de identidade para uma determinada comunidade. Estes bens não seriam apenas “espelhos” descolados da memória que os criou, pois, se isso ocorresse, perderiam seu valor e interesse turístico também:

Con frecuencia, estas activaciones han nacido cuando, con la masificación del turismo, unida em algunos casos a fenómenos migratorios, la población autóctona, há visto ‘peligrar su identidad’. Lo cual no es óbice para se adaptaren a las imágenes externas de esta misma identidad, por una parte porque, de lo contrario, ‘fracasarían’ em su intento de atraer visitantes (como fracasaron tantos y tantos museos locales), pero, por otra parte, porque esta misma imagen, reproducida por los discursos hegemónicos a través de los medios de comunicacion e incluso del sistema educativo, há sido adoptada por la própria población como visión de si mismos, como ‘memória coletiva’ (PRATS, 1997, p. 46).

Se, por um lado, não existe patrimônio sem uma conexão com a memória e a identidade, o autor também indica que nesse processo, eventualmente, nasce uma atividade patrimonial cuja motivação é um caráter identitário abertamente turístico e comercial. Uma identidade proposta segundo os organizadores do turismo, e onde as pessoas/turistas passam a contemplar e a viver mais aspectos de “seu próprio passado” do que o cotidiano dos autóctones. O patrimônio como recurso turístico pode se prestar a uma causa tripla:

a) O patrimônio pode se constituir um produto turístico por si. Que aliado à oferta hoteleira é um motivo de compra autônomo. Ex. pirâmides do Egito.

b) O patrimônio pode apresentar-se associado a um produto turístico integrado, é o caso de cidades turísticas como Barcelona e Paris.

c) O patrimônio pode transformar-se em um valor agregado para destinos turísticos que não tem o patrimônio como principal foco. Por exemplo, montanhas ou grandes cidades. Neste caso, são realizadas ativações patrimoniais como criação de museus, adequações de monumentos (PRATS, 1997, p. 42).

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



Atribuir a fatores econômicos a atual patrimonialização das cidades é simplificar a questão. Segundo Prats, o que entendemos hoje por patrimônio não se restringe apenas ao seu caráter de construção ou invenção social, mas sim a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade (PRATS, 1997, p. 22).

Para Hartog, a partir do final do século XX, cada vez mais a “história-memória” entrava em uma “história-patrimônio”. O patrimônio encontra-se ligado ao território e à memória, e esta tornou-se uma obrigação. Existe uma exigência pela sua conservação, reabilitação, comemoração. Neste processo, cada vez mais “memórias parciais” reivindicam patrimônios, além dos grandes patrimônios nacionais que costumam ser o foco dos agentes culturais. Pierre Nora também aponta essa tendência em seu artigo sobre os “Lugares de Memória”. Segundo ele, o sentimento de que o futuro é incerto faz com que o mais modesto dos vestígios ganhe a dignidade do memorável (NORA, 1993, p. 14).

Para Nora, os “lugares de memória” não se restringem à materialidade de uma edificação:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material. Como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21).

E, a reivindicação por memória e patrimônio abriu-se para as mais diversas instituições. Essa patrimonialização, debatida entre os autores pode ser exemplificada no estudo do processo da “Igrejinha” Martin Luther.

Igrejinha Martin Luther- constituição de seu patrimônio histórico.

O Processo:

A Paróquia Martin Luther, que é o objeto de estudo deste pequeno artigo, esta filiada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e foi fundada em 1936, no bairro Higienópolis, na cidade de Porto Alegre. Em julho do mesmo ano, inaugurou o seu templo, projetado pelo arquiteto Siegfried Berthold Costa. Este prédio esteve em uso até o ano de 1983 e então, mudou-se para novo prédio na Avenida Coronel Camisão, acompanhando o crescimento no número de membros.



Uma vez instalados no novo espaço, a agora antiga “Igrejinha” foi fechada e passou a ter uma utilização esporádica. Os cultos deixaram de ser oficiados nela e o tempo foi deteriorando o espaço.

No início dos anos 90, quando Colégio Pastor Dohms, propriedade da Paróquia Martin Luther e situado no mesmo terreno que a Igrejinha, propôs a demolição do prédio para ampliação de seu espaço físico, surgiu o primeiro grupo de “Amigos da Igrejinha”, paroquianos que discutiram alternativas à demolição e que conseguiram barrar o projeto. A estratégia utilizada foi o levantamento de fundos e a realização de reformas básicas no edifício. Esta primeira manutenção foi concluída em 1991 e então, o prédio passou a ser utilizado como espaço cultural, e, principalmente, com sala para ensaios de teatro e dos grupos de música da escola. As celebrações eram raras, mas ainda ocorriam.¹

O primeiro trabalho analisando a arquitetura do prédio foi escrito pelo arquiteto Günter Weimer, quando foi solicitado o tombamento da capela no SHAPH. O processo foi encaminhado no ano de 1984. O relato de Weimer destacou os aspectos arquitetônicos do prédio que demonstravam a transição de uma arquitetura eclética para a moderna. Neste texto ele buscou valorizar o imóvel descrevendo os caminhos da carreira do jovem arquiteto Berthold Costa, desde seu trabalho como estagiário de Theo Wiederspahn, auxiliar nas obras do Hotel Magestic e sua estada na Universidade de Darmstadt na Alemanha. Lá o jovem teria tomado contato com o movimento da “nova objetividade”.

Essas influências levaram o arquiteto a escolher um traço reto e funcional, para uma igreja que deveria ser construída em um terreno que tinha um desnível de quatro metros. As portas da capela ficariam no nível da rua. Sob a igreja seriam construídas as salas de aula, e a casa do pastor disposta em forma de L. A torre seria colocada no encontro das massas:

Este partido era por demais revolucionário. Jamais se tivera notícias de uma igreja que tivesse a torre frontal em disposição simétrica. (...) A justificativa para uma colocação tão inusitada da torre era de ordem funcional, plástica e urbanística. Plasticamente o conjunto seria igualmente revolucionário. Nada tinha de passadista ainda que a fachada principal fosse marcada por uma porta de ares goticistas (WEIMER, p. 5).

Os argumentos utilizados para a preservação da Igrejinha destacavam o caráter inovador da arquitetura partindo de uma comparação com a Europa, e colocando o arquiteto modernista como precursor dentro do Brasil:

Certamente ela não foi concebida dentro dos postulados corbuseanos mas nem por isto ela deixa de ser de uma modernidade que só um jovem de muita

¹ Site: http://www.mluther.org.br/Cultural/espaco_cultural.htm, data da consulta: 25/07/2011.



audácia poderia propor numa província então ainda arraigada à tradição como o Rio Grande daqueles tempos. Uma obra que, se estivesse na Europa já teria renome internacional (WEIMER, p. 7).

A carta de resposta do SPHAN valorizava a iniciativa e estimulava o prosseguimento da luta, mas não indicava nada sobre a abertura de um processo, dando a entender que a própria Paróquia tinha condições de defender o prédio. Os argumentos sobre o valor da Igrejinha superam os critérios arquitetônicos indicados por Weimer, chegando a desconsiderar a questão do modernismo:

A escala do templo, tanto interna quanto externa, produz a clara sensação de aconchego, característica das igrejas luteranas: o despojamento era um dos postulados de Martin Luther, inspirador primeiro desta comunidade. O projetista foi feliz ao ater-se à concepção de uma quase-capela e recuou sua torre para o limite posterior do templo, evitando a verticalização do mesmo ao nível da rua D. Pedro, o que lhe roubaria a intimidade do adro e sua relação de escala com a referida rua.

A coerência entre volumetria, forma e materiais empregados na construção da igreja tornam-na exemplo de boa arquitetura, independentemente da denominação que se lhe queira conferir (BICCA, 1984, p. 4).

Novamente, como foi destacado por Choay (2008) e Chuva (2009), o protagonismo dos arquitetos nos processos de patrimonialização se destaca. O parecer enviado foi elaborado por um arquiteto, com a ressalva de que este estava realizando sua dissertação de Mestrado em História pela PUCRS, e a resposta veio de uma arquiteta. Mas, o que chama a atenção no decorrer do documento, foi a referência a outras edificações que não foram preservadas, como a antiga Igreja Luterana do Centro, a Paróquia do Rosário e a Igreja da Sagrada Família. Segundo esta arquiteta: “Por que não aprender a lição e deixar de pé a igrejinha da Rua Dom Pedro para que nossos filhos e netos possam um dia vir a apreciar seu valor e decidir sobre o seu futuro, já então com o aval da antiguidade” (BICCA, 1984, p. 5).

O segundo movimento buscando o tombamento da Igrejinha ocorreu logo após a situação do prédio exigir uma reforma dispendiosa em 1996, então, uma comissão da paróquia juntamente com o ICOMOS Brasil RS, enviou uma solicitação de avaliação da edificação para a Prefeitura e para a Câmara de Patrimônio Artístico e Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

No parecer assinado pelo ICOMOS, datado de 30 de setembro de 1996, pela primeira vez aparecem justificativas históricas e de memória para a manutenção da Igrejinha. Entre as quinze considerações pontuadas, três diziam respeito a história e as demais ao valor arquitetônico do prédio. Novamente a questão da demolição da antiga Igreja Matriz Luterana,



na Rua Senhor dos Passos, voltou a tona, pois se esta comunidade religiosa já havia perdido um “patrimônio” era necessário proteger a Igrejinha. Os outros dois argumentos eram:

* o valor histórico do prédio como centro polarizador em torno do qual se desenvolveu e evoluiu o bairro Higienópolis.

* a obra adquiriu, ao longo de sua existência de mais de seis décadas, o ‘status’ de marco referencial daquele bairro; seu arquiteto Siegfried Berthold Costa, de larga atuação tanto em Porto Alegre, como na região das Missões, foi um pioneiro do movimento modernista brasileiro; sua obra tem um grande valor dentro da evolução dos conceitos teóricos da arquitetura no Rio Grande do Sul, conforme foi demonstrado nos estudos do Prof. Günter Weimer e que estão anexos a este.²

Na resposta enviada pela Câmara do Patrimônio Artístico e Histórico, embora eles ressalvem que a prerrogativa de tombamento do prédio é do Secretário de Estado dos Negócios da Cultura, é elogiado o fato de que a própria paróquia encaminhou a solicitação. Após descrever os méritos arquitetônicos do prédio, o Conselho destaca que a comunidade pretende transformá-lo em um centro de eventos culturais para os fiéis, para o Colégio Pastor Dohms e para a municipalidade:

Noutros termos, a preservação deste prédio não significa apenas a perpetuação existencial de uma obra de arquitetura de transcendental importância como a aquisição de uma sala de múltiplas atividades culturais e de excepcionais qualidades acústicas em razão de que ela apresenta uma vocação ímpar para a realização de espetáculos musicais e teatrais.³

Podemos acompanhar nos documentos a progressiva mudança dos argumentos de meramente estéticos e arquitetônicos, para as questões de identidade da comunidade luterana, memória do bairro e possibilidades de uso do patrimônio por todos os cidadãos.

Hartog (2006, p. 268) aponta que o final do século XX levou a uma vaga patrimonial em sintonia com a memória: “Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível a tornar-se.” A partir dos anos 1980 esse processo de patrimonialização pode ser visualizado em Porto Alegre. Buscando informações no site do IPHAE, encontramos uma série de prédios históricos que tiveram seu tombamento nos anos 80 e 90 e que, ao longo desta década, foram adaptados para tornarem-se centros de cultura. Alguns exemplos são Usina do Gasômetro, que iniciou suas atividades como centro cultural, em 1991, o entorno da Praça da Alfândega que estava sendo revitalizado e, no caso, a paróquia pensando sua Igrejinha como também um espaço cultural.

² Requerimento do ICOMOS Brasil RS à Prefeitura de Porto Alegre. Pg. 3. Data: 30 de setembro de 1996. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.

³ Parecer do Conselho Estadual de Cultura, Estado do Rio Grande do Sul, pag. 5. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.



O terceiro momento de visibilidade da Igrejinha ocorreu no final dos anos 90 e início de 2000. O grupo que defendia a preservação deste patrimônio era pequeno dentro da comunidade segundo seu material de divulgação, mas, quando ele foi ameaçado de demolição em função das obras da perimetral, a mobilização dentro da Paróquia e dentro da Comunidade Luterana de Porto Alegre cresceu. O grupo dos “Amigos da Igrejinha” elaborou um panfleto e passou a visitar outras paróquias luteranas de Porto Alegre, divulgando sua luta em defesa do prédio.

Em 5 de agosto de 1999, foi emitido um parecer técnico sobre a possibilidade de inscrição da Igrejinha como “Bem Patrimonial de Interesse Coletivo. Este documento foi solicitado pela Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária, e assinado por dois arquitetos, a avaliação apontou que:

- A identidade de uma comunidade é sua memória.
- [Deve-se] Salvar as memórias autênticas.
- O tombamento é o ato de preservação material de um bem.
- Facilitar a segurança pública.⁴

Segundo este relatório, a partir da preservação da Igrejinha, a CEPA (Comunidade Evangélica de Porto Alegre) deveria valorizar as histórias comunitárias e as memórias cidadãos da comunidade envolvida. O relatório sugere que, em vez da demolição do prédio, o gabarito inicial de 40 metros de pista deveria ser reduzido para o mínimo, no caso, 29 metros juntamente com uma diminuição na velocidade permitida na via naquele trecho.

A prefeitura, no Ofício nº007/00 respondendo a solicitação de 1999, coloca que existe uma impossibilidade técnica para a manutenção do prédio e sugere que, no local deste, seja construído um Memorial:

(...) monumento que pretende resguardar a memória da comunidade, cujo custo de construção será arcado pelo Município. Reiteramos que a Comunidade poderá interferir no projeto apresentado, bem como fazer nova proposta, sendo que em qualquer caso as alterações deverão ser submetidas a aprovação da COMPHAC.⁵

A Paróquia expediu então, um novo documento em que ressaltava as significativas perdas subjetivas que teria com a demolição da Igrejinha, e questionava os valores monetários listados pela Prefeitura para indenização, pois, segundo eles: “Elas deverão ser devidamente

⁴ Estudo de Avaliação Qualitativa de entendimento Igreja Martin Luther. 05 de agosto de 1999. pg. 3. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.

⁵ Ofício nº0007/2000. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Fazenda, Escritório de Aquisições. 3 de fevereiro de 2000. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



avaliadas com base em instrumentos adequados, já disponíveis em países em que a agressão à arte, à cultura, à história e ao meio ambiente é devidamente ressarcida.”⁶

A novidade colocada são os problemas ambientais, como a poluição sonora e a necessidade de cortar várias “árvores importantes”. Na leitura corrida dos documentos produzidos pela paróquia, podemos observar que os argumentos são somados buscando estratégias para a preservação do prédio.

Por fim, a Prefeitura determinou então, o “corte” de uma parte da Igrejinha e a reconstrução da fachada. A Paróquia, concordou com a solução, mas, no andar do projeto da Perimetral, essa obra não foi necessária, a calçada foi diminuída, a Igrejinha perdeu pátio na entrada e foi realizada uma diminuição nas faixas de rodagem.

OS RESULTADOS:

A solicitação de tombamento da Igrejinha Martin Luther como patrimônio Histórico de Porto Alegre não foi atendida. Em vez disso, o prédio recebeu a inscrição de “Prédio de Interesse Sócio-Cultural” da cidade de Porto Alegre. O que, segundo a legislação atual, impede sua demolição e tem “efeito” de tombamento.

O parecer da EPAHC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural) sobre a Igrejinha contou com a avaliação de vários arquitetos. O relatório do arquiteto Cyro Lyra, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Coordenação Regional do RJ, indica que, como as edificações do período modernistas são medíocres, as poucas exceções assumem especial importância, e afirma: “A obra de Siegfried Berthold Costa tem, portanto, uma posição definida na historiografia arquitetônica: é obra pioneira, prenunciadora do movimento modernista.”⁷

Em 25 de janeiro de 1998 veio a Porto Alegre o arquiteto argentino Ramón Gutiérrez, consultor da UNESCO e especialista em história da arquitetura latino-americana, para uma avaliação do valor arquitetônico da Igreja no contexto internacional. Em seu texto, o autor discorda da posição de Weimer e Lyra, indicando que a linguagem arquitetônica da capela é Pré-Modernista, e que em 1936 já havia uma quantidade de obras de notável modernidade em Montevideu e Buenos Aires, portanto valorização deveria ocorrer somente no contexto rio-grandense.

⁶ Carta da Paróquia Martin Luther para a Coordenadora de Aquisições da III Perimetral. 8 de junho de 2000. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.

⁷ Dossiê para Inscrição da Igrejinha Martin Luther. EPHAC. Documento de 14 de maio de 1998.

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



Ele enfatiza as paulatinas descaracterizações sofridas pela igreja:

Las posibilidades de reperación ambiental son remotas, ya que implicarian la demolición de parte Del Colégio para dar uma mejor inserción a La obra. La revaloración de su espacio interno inlicaría retirar elementos recientemente colocados y La recuperaión funcional parece hoy, desde todo punto de vista, inviable (GUTIÉRREZ, p.2, 1998).

Outro profissional veio a Porto Alegre prestar consultoria, era Hugo Segawa, doutor em arquitetura e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Ele identificou o caráter funcionalista de inspiração, possivelmente, alemã, mas não colocou essa obra como precursora do Movimento Moderno no Brasil, pois, segundo ele, o arquiteto não abraçou a modernidade por convicção, e o interessante seria a falta de nitidez que difere esta obra de outros arquitetos modernistas do período, como Lucio Costa. A importância da capela seria novamente, no âmbito regional:

A Conclusão do Relatório sobre a inscrição da Igrejinha como Prédio de Interesse foi assim colocada:

Considerando a manifestação dos diversos consultores e a opinião das entidades comunitárias envolvidas no assunto, pode-se observar um aspecto de consenso relativo ao mérito arquitetônico da obra em questão: apesar de todas as descaracterizações que sofreu ao longo do tempo, a Igreja Martin Luther é remanescente de uma produção arquitetônica identificada com a instauração da modernidade em nosso contexto, o que lhe confere a condição de Patrimônio Cultural com importância de âmbito regional. Tal prerrogativa constitui argumento suficiente para concluir que a preservação do que resta do conjunto edificado torna-se um procedimento justificável e necessário.⁸

Após discutirmos as possíveis conceituações do Patrimônio Histórico, sua constituição como um elemento importante da sociedade e analisarmos os documentos envolvidos neste processo de tombamento, chegamos a algumas conclusões, ainda que parciais.

Um fato que deve ser ressaltado é participação apenas de arquitetos analisando sobre a validade, ou não, da permanência da Igrejinha. Tanto da parte da Paróquia, que requisitou laudos a diversos profissionais e órgãos encarregados da proteção do patrimônio histórico, quanto da parte do poder público. Embora as questões sobre memória e identidade apareçam como fatores importantes na manutenção da capela, nenhum historiador deu o seu aval, nem a própria comunidade descreveu em que essa memória e essa identidade *seria* avariada com a demolição.

⁸ Dossiê para Inscrição da Igrejinha Martin Luther. EPHAC. Documento de 14 de maio de 1998.

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



Quanto aos argumentos, é possível perceber que as questões da memória e da identidade entram nos discursos ativados para a preservação da Igrejinha ao longo dos anos 1990. O envolvimento da comunidade tornou-se mais efetivo quando a iminência da demolição exigia. E com isso, o próprio espaço passou a ser mais utilizado:

A demolição do prédio da Igrejinha determinará a perda objetiva de 3 salas de aula (situadas abaixo do templo e do ambiente da própria Igrejinha, hoje utilizado como espaço cultural (exposições, concertos, etc.), como sala ambiente para aulas de instrumentos musicais (flauta, violino, violoncelo, teclado, etc), como espaço de ensaio para os corais e conjunto instrumental do Colégio, como local cedido para ensaios semanais de dois corais de Porto Alegre e como espaço utilizado por grupos de terceira idade ligados a Paróquia Martin Luther.⁹

Por fim, o desejo de patrimônio foi respeitado. A comunidade, ou uma parte dela, engajou-se na luta pela preservação da Igrejinha e ela está de pé. Mas, qual Igrejinha? Não ocorrem mais serviços religiosos regulares lá; no máximo alguns casamentos. O prédio tornou-se um Centro Cultural, mas, na maior parte do tempo, é utilizado para aulas de música, canto e teatro. Impossível não lembrar Choay (2008) questionando, qual uso é feito desse patrimônio?

BIBLIOGRAFIA

BICCA, Briane Elisabeth Panitz. **Carta do SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA**, pg. 4, data 24 de outubro de 1984. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa, Edições 70, 2008.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº36; pg. 261-273, jul/dez, 2006.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy.

Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: ed da Universidade, UFRGS, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História:**

Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993, pg. 7-28.

⁹ Circular com posição oficial da Paróquia Martin Luther frente ao caso da Igrejinha. (sem dada indicada, mas entre os documentos do ano de 2001). Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.

DONNER, Sandra Cristina. **Processos de patrimonialização...** p. 24-37.



PRATS, Lorenç. **Antropologia e Patrimônio**. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**: vol. 5, nº 10, 1992.

WEIMER Günter. **A Igreja Martin Luther: Razões para o Tombamento**. Sem data determinada. Documento arquivado na Paróquia Martin Luther, pasta: Igrejinha.

Espaço Cultural “Igrejinha” Martin Luther. Criado em abril de 1998. Site:

http://www.mluther.org.br/Cultural/espaco_cultural.htm, data da consulta: 25/07/2011.

Recebido em Julho de 2011
Aprovado em Julho de 2011